

O DOCUMENTO DE APARECIDA E A EDUCAÇÃO CATÓLICA

José Romaldo Klering*

Resumo

O presente artigo apresenta o que o Documento de Aparecida traz para a educação católica. Partindo da contextualização sociocultural que Aparecida faz no Capítulo II, explicita, conforme o Capítulo VI do Documento, a importância e a missão específica que têm na Igreja a Educação Católica, as escolas, as universidades e os centros superiores católicos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Igreja. Evangelização. Missão. Escola. Universidade.

Abstract

This paper presents what the Document of Aparecida offers to the catholic education. Starting from the social and cultural context, analysed by Aparecida, the Document shows, according to the second chapter, the importance and specific mission in the Church by means of the catholic education, the schools, the universities and the superior catholic centers.

KEYWORDS: Education. Church. Evangelization. School. University.

1 Constatações sobre a Situação sociocultural, apontadas no Capítulo II, que trata do Olhar dos Discípulos Missionários sobre a Realidade

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho situa-se na intenção e no desejo dos Bispos, em continuidade às quatro Conferências anteriores, conscientes das mudanças que se operam

* Professor de Humanismo e Cultura Religiosa da Faculdade de Teologia da PUCRS.

continuamente na América e no mundo, das quais também a Igreja, ao mesmo tempo que é chamada a ser protagonista, sofre as conseqüências¹.

Assistimos, hoje, à substituição dos processos de construção cultural, enquanto nascidos do intercâmbio pessoal e coletivo, por um sentido estético, visão de felicidade, percepção da realidade e, inclusive, uma linguagem, através da utilização dos meios de comunicação de massa, apresentados como autêntica cultura. Uma espécie de nova colonização cultural, mediante a imposição de culturas artificiais, em desprezo às locais e “tendência a impor uma cultura homogeneizada em todos os setores” (n. 46).

Características dessa cultura são a auto-referência do indivíduo, levando à indiferença para com o outro, tornando as relações efêmeras, “sem compromisso responsável e definitivo” (n. 46), reduzidas a mais um objeto de consumo.

Na mudança de época que estamos vivendo, uma das características está sendo a dissolução da “concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus” (n. 44).

Uma decorrência dessa prática é a exigência em afirmar direitos subjetivos e individuais, sem a contrapartida na garantia de direitos sociais, culturais e de solidariedade, afetando a dignidade de todos, de modo especial dos mais pobres e vulneráveis, onde se destaca a situação de muitas mulheres, às vezes submetidas a muitas formas de violência, desde a infância ou adolescência, dentro e fora de casa.

A busca desenfreada do lucro descontrola o desejo de crianças, jovens e adultos. A publicidade promete felicidade, mediante a satisfação dos desejos pela aquisição de produtos. Voltado para o imediato, o homem pretende alcançar a felicidade pelo prazer epidérmico e o bem-estar eco-

¹ Documento de Aparecida – *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007, p. 16, n. 16: “Esta V Conferência Geral se celebra em continuidade com as outras quatro que a precederam no Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo. Com o mesmo espírito que as animou, os pastores querem dar agora novo impulso à evangelização, a fim de que estes povos sigam crescendo e amadurecendo em sua fé, para serem luz do mundo e testemunhas de Jesus Cristo com a própria vida. Como pastores da Igreja, estamos conscientes de que, ‘depois da IV Conferência Geral, em Santo Domingo, muitas coisas mudaram na sociedade. A Igreja, que participa dos gozos e esperanças, das tristezas e alegrias de seus filhos, quer caminhar ao lado neste período de tantos desafios, para infundir-lhes sempre esperança e consolo’”.

nômico. As crianças e os jovens são as principais vítimas dessas promessas de felicidade, através do consumo, esvaziados em suas aspirações pessoais mais profundas, privadas da “referência a valores e instâncias religiosas” (n. 51).

Ao mesmo tempo, nessa mudança cultural a redescoberta da pessoa constitui-se num valor: voltada a atenção para a consciência e a experiência, abre-se espaço para a busca do sentido da vida e da transcendência. Há uma preocupação pelo resgate do pequeno e do fraco, que se expressa, por exemplo, nas muitas preocupações e nos diversos projetos de superação da exclusão. A afirmação da liberdade pessoal ecoa no desejo de se encontrar com o outro, compartilhar vivências, conduzindo, também, a um sério questionamento das próprias convicções.

O testemunho se torna fala eloqüente em um contexto que valoriza o individual em detrimento do comunitário. Os fatos significativos para a pessoa são valorizados: abre-se um espaço para a apuração da sensibilidade em vista ao testemunho da fé e “um ponto de contato com as pessoas que compõem a sociedade e delas entre si” (n. 55).

A exemplo de Santo Domingo, o Documento de Aparecida chama a atenção para a diversidade cultural da América Latina e do Caribe, advinda da multiplicidade de povos que habitam a região:

Essas culturas coexistem em condições desiguais com a chamada cultura globalizada. Elas exigem reconhecimento e oferecem valores que constituem uma resposta aos anti-valores da cultura que se impõem através dos meios de comunicação de massas: comunitarismo, valorização da família, abertura à transcendência e solidariedade. Essas culturas são dinâmicas e estão em interação permanente entre si e com as diferentes propostas culturais (n. 57).

Da mesma maneira, a cultura urbana é igualmente plural, “pois amalgama múltiplas formas, valores e estilos de vida e afeta todas as coletividades” (n. 58). A cultura suburbana, formada na maior parte por pessoas pobres, resulta das migrações. Entre seus principais problemas estão os “de identidade e pertença, relação, espaço vital e lar” (n. 58).

A Conferência lembra, também, as comunidades de migrantes, “que deixaram as culturas e tradições trazidas de suas terras de origem, sejam cristãs ou de outras religiões” (n. 59), sem esquecer a diversidade que foi se formando a partir da chegada de diferentes denominações cristãs e outros grupos religiosos. Assumir a diversidade cultural, afirma o Documento de

Aparecida, “envolve superar os discursos que pretendem uniformizar a cultura, com enfoques baseados em modelos únicos” (n. 59).

Nesse contexto plural, dinâmico, em que todos os dias emergem diferenças e novas propostas, a Igreja da América Latina e do Caribe quer ser presença de alento e resposta de sentido, também através da educação católica.

2 A Educação Católica

A educação católica é abordada dentro do capítulo VI *O Caminho de Formação dos Discípulos Missionários*, no número 6.4 que trata dos *Lugares de formação para os discípulos missionários*.

A mudança global está induzindo a uma educação reducionista, voltada preponderantemente para a produção, a competitividade e o mercado, preocupando-se com conhecimentos e habilidades que atendam, de maneira exclusiva, a esse fim. É reducionista do ponto de vista antropológico, por não considerar o ser humano inteiro, multidimensional, ao mesmo tempo subjetividade e membro da sociedade.

Esta educação não hesita, quando lhe convém, incluir “fatores contrários à vida, à família e a uma sadia sexualidade” (n. 328). Não aparecem, dessa maneira, os “melhores valores dos jovens nem seu espírito religioso” (n. 328). Tampouco constam desse currículo alternativas à violência, que atua de muitas maneiras, incluindo aquelas que forcem crianças e jovens a enfrentar situações além da maturidade física, psíquica e mental de sua idade, dificultando uma avaliação crítica das conseqüências de determinadas situações geradas ou de atitudes precipitadas. Valores como viver sadiamente, sem excessos e arbitrariedades artificiais cada etapa da vida são condições para o desenvolvimento humano e o encaminhamento da vida com convicções, experiências positivas que alimentam a auto-estima de forma positiva, serenidade, constância e responsabilidade. Sem isso, não se pode pretender paz e uma sociedade equilibrada com prevalência da solidariedade e do bom senso.

Mister se faz, então, lembrar que educação de qualidade, que considere e respeite o ser humano inteiro, é um direito de todos, independentemente de classe social, a ser desenvolvido em parceria e estreita ligação com os pais, primeiros educadores e responsáveis para que ela aconteça na escola e na vida, de uma maneira tal que permita o desenvolvimento integral dos filhos. Por isso toda escola,

é chamada a se transformar, antes de mais nada, em lugar privilegiado de formação e promoção integral, por meio da assimilação sistemática e crítica da cultura, fato que consegue mediante um encontro vivo e vital com o patrimônio cultural. Isso supõe que tal encontro se realiza na escola em forma de elaboração, ou seja, confrontando e inserindo os valores perenes no contexto atual. Na realidade, a cultura, para ser educativa, deve inserir-se nos problemas do tempo no qual se desenvolve a vida do jovem. Dessa maneira, as diferentes disciplinas precisam apresentar, não só um saber por adquirir, mas valores por assimilar e verdades por descobrir (n. 329).

Pode-se depreender, então, que a escola deve ser o espaço da gestação do humano. Um processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, na confluência de ideais, sonhos, metas e a realidade de cada um e a de todos, sempre avaliada e revista, buscando a sua transformação. Isso, naturalmente, terá muito mais possibilidade de acontecer nas abordagens inter e transdisciplinares do que no nível de uma disciplina isolada.

O diálogo assume papel importante nesse processo, o qual, por sua vez, só é possível entre sujeitos, que se conhecem, sabem das suas qualidades e aceitam trabalhar seus limites. Caso contrário, acontece apenas um monólogo egocêntrico. Às instituições educativas, no caso, à escola, cabe a responsabilidade específica de “destacar a dimensão ética e religiosa da cultura, precisamente com o objetivo de ativar o dinamismo espiritual do sujeito e ajudá-lo a alcançar a liberdade ética que pressupõe e aperfeiçoa a psicológica” (n. 330).

Requer-se, pois, que a educação tenha a ousadia de voltar-se à inteireza do ser humano, propondo mudanças a partir das quais não se omite, não importa em nome de quais ideologias ou propósitos reducionistas, nenhuma dimensão do ser humano, não como uma concessão, mas como direito inalienável e um dever de todos.

3 Os Centros Educativos Católicos

A Igreja tem a missão precípua de anunciar o Evangelho e deve fazê-lo de modo eloqüente e eficaz, “de maneira tal que garanta a relação entre fé e vida tanto na pessoa individual como no contexto sociocultural em que as pessoas vivem, atuam e relacionam-se entre si” (n. 331).

Advém desse fato que educação cristã subentende que nela o professor e todos os que atuam na escola perseguem uma proposta de ser humano

“em que habite Jesus Cristo com o poder transformador de sua vida nova” (n. 332). Citando Santo Domingó (n. 265), os bispos lembram que

existem muitos valores, mas esses valores nunca estão sozinhos, sempre formam uma constelação ordenada, explícita ou implicitamente. Se a ordenação tem a Cristo como fundamento e fim, então essa educação está recapitulando tudo em Cristo e é verdadeira educação cristã; se não, pode falar de Cristo, mas corre o perigo de não ser cristã (n. 332).

O Evangelho anunciado de fato ilumina, encoraja, alimenta a esperança e leva ao discernimento na resolução dos problemas da vida, fecundando, assim, toda a promoção humana que se configure plena e verdadeira.

Por isso, “a Igreja é chamada a promover em suas escolas uma educação centrada na pessoa humana que é capaz de viver na comunidade oferecendo a esta o bem que a Igreja possui” (n. 334). Uma educação para todos, formal e não-formal, com atenção especial para com os mais pobres, capaz de oferecer às crianças, aos jovens e aos adultos “o encontro com os valores culturais do próprio país, descobrindo ou integrando neles a dimensão religiosa e transcendente” (n. 334).

Cristo, na escola católica, é o fundamento do qual irradiam todos os valores e o centro em que encontram sua plena realização e unidade:

Pela referência explícita e compartilhada por todos os membros da comunidade escolar, a visão cristã – ainda que em grau diverso, e respeitando a liberdade de consciência e religiosa dos não-cristãos presentes nela – a educação é “católica”, pois os princípios evangélicos se convertem para ela em normas educativas, motivações interiores e, ao mesmo tempo, em metas finais. Esse é o caráter especificamente católico da educação. Jesus Cristo, pois, eleva e enobrece a pessoa humana, dá valor à sua existência e constitui o perfeito exemplo de vida. É a melhor notícia, proposta pelos centros de formação católica aos jovens (n. 335).

O Documento de Aparecida dá maior ênfase à participação da escola católica como instituição da Igreja e a serviço, portanto, de sua missão. É por isso que nela se devem levar os educandos “ao encontro com Jesus Cristo vivo, Filho do Pai, irmão e amigo, Mestre e Pastor misericordioso, esperança, caminho, verdade e vida, e dessa forma à vivência da aliança

com Deus e com os homens” (n. 336). É a partir dele que a escola ajuda na construção da personalidade dos que são confiados à sua tarefa, tendo-o “como referência no plano da mentalidade e da vida” (n. 336).

Não é tarefa fácil e não resulta simplesmente de boas intenções. Também não é o suficiente revisitar o marco referencial ou reformular políticas. Requer uma renovação profunda: “resgatar a identidade católica de nossos centros educativos, por meio de um impulso missionário corajoso e audaz, de modo que chegue a ser uma opção profética plasmada em uma pastoral da educação participativa” (n. 337). Acrescentam os bispos que “tais projetos devem promover a formação integral da pessoa, tendo seu fundamento em Cristo, com identidade eclesial e cultural, e com excelência acadêmica; gerar solidariedade e caridade com os mais pobres” (n. 337), o que, por sua vez, requer o estabelecimento de prioridades claras: “o acompanhamento dos processos educativos, a participação dos pais de família neles e a formação dos docentes são tarefas prioritárias da pastoral educativa” (n. 337).

Diante desse processo consciente e fielmente assumido como missão de Igreja, a Conferência de Aparecida propõe

que nas instituições católicas a educação na fé seja integral e transversal em todo currículo, levando em consideração o processo de formação para encontrar a Cristo e para viver como discípulos e missionários e inserindo nela verdadeiros processos de iniciação cristã. Ao mesmo tempo, recomenda-se que a comunidade educativa (diretores, mestres, pessoal administrativo, alunos, pais de família, etc.), enquanto autêntica comunidade eclesial e centro de evangelização, assuma seu papel de formadora de discípulos e missionários em todos os seus estratos. Que, a partir daí, em comunhão com a comunidade cristã, que é sua matriz, promova um serviço pastoral no setor em que se insere, especialmente dos jovens, da família, da catequese e da promoção humana dos mais pobres. Esses objetivos são essenciais nos processos de admissão de alunos, em suas famílias e na contratação dos docentes (n. 338).

Como já reiterado acima, a Conferência de Aparecida insere a educação católica e, por extensão, as escolas, dentro da perspectiva da missão própria da Igreja, apresentando claramente as conseqüências daí decorrentes e explicitando maneiras ou instrumentos por meio dos quais deve se materializar. O ser escola católica deixa de ser um título ou uma

herança da tradição cristã, perdida no passado e sem maior significado hoje, para se tornar uma diferenciação objetiva e qualitativa, no presente, com propostas e engajamentos reais em vista à realização no tempo atual do Projeto de Jesus.

Inerente à paternidade e à maternidade está o dever de proporcionar aos filhos condições satisfatórias para o seu crescimento, no que está incluído o dever de educá-los. Por isso, os pais são os primeiros e principais educadores, o que a sociedade precisa reconhecer. Esse reconhecimento se dá de muitas maneiras, e uma delas é “a plena liberdade para escolher a educação de seus filhos que considere adequada aos valores que eles mais estimam e que consideram indispensáveis” (n. 339). Os pais precisam ser acompanhados nessa sua missão, porque todos sabem que, quando eles não conseguem cumpri-la, dificilmente alguém conseguirá suprir, mais tarde, essa lacuna. Ao Estado compete garantir esse direito dos pais que é também o seu dever. Deve destinar os recursos para a educação, oriundos dos impostos de todos, de tal forma que, independentemente das condições econômicas e da classe social, os pais possam escolher a escola que considerem apresentar a melhor proposta e ser a mais adequada para a educação de seus filhos:

Portanto, a nenhum setor educacional, nem sequer ao próprio Estado, se pode outorgar a faculdade de se reservar o privilégio e a exclusividade da educação dos mais pobres, sem com isso infringir importantes direitos. Desse modo, promovem-se direitos naturais da pessoa humana, da convivência pacífica dos cidadãos e do progresso de todos (n. 340).

Pode-se dizer que a participação e o acesso dos cidadãos a direitos básicos, implícitos no conceito de democracia e previstos na Constituição, aprofundam esses conceitos e constituem um convite efetivo para avançar na construção da justiça, ingrediente básico para a paz social.

4 As Universidades e Centros Superiores de Educação Católica

Assim como as escolas, também as universidades e os demais centros de educação superior católica são importantes na missão evangelizadora da Igreja, por um “vital testemunho de ordem institucional sobre Cristo e sua mensagem, tão necessário e importante para as culturas impregnadas pelo secularismo” (n. 341). Por isso, na universidade católica,

as atividades fundamentais devem vincular-se e harmonizar-se com a missão evangelizadora da Igreja. Elas se realizam através de uma pesquisa realizada à luz da mensagem cristã, que coloque os novos descobrimentos humanos a serviço das pessoas e da sociedade. Desta forma oferece uma formação dada em contexto de fé, que prepare pessoas capazes de juízo racional e crítico, conscientes da dignidade transcendental da pessoa humana. Isso implica uma formação profissional que compreenda os valores éticos e a dimensão de serviço às pessoas e à sociedade; o diálogo com a cultura, que favoreça melhor compreensão e transmissão da fé; a pesquisa teológica que ajude a fé a expressar-se em linguagem significativa para estes tempos (n. 341).

Isso requer das universidades católicas que assumam e vivam a sua especificidade cristã, ou seja, possuem responsabilidades próprias que, inclusive, as congêneres de outro tipo não têm, dentre as quais a Conferência destaca:

o diálogo fé e razão, fé e cultura, e a formação de professores, alunos e pessoal administrativo, através da Doutrina Social e Moral da Igreja, para que sejam capazes de compromisso solidário com a dignidade humana, de serem solidários com a comunidade e de mostrarem profeticamente a novidade que representa o cristianismo na vida das sociedades latino-americanas e caribenhas. Para isso, é indispensável que se cuide do perfil humano, acadêmico e cristão dos que são os principais responsáveis pela pesquisa e docência (n. 342).

O Documento de Aparecida acrescenta aos meios já indicados também a importância de uma efetiva pastoral universitária, que promova “um encontro pessoal e comprometido com Jesus Cristo e múltiplas iniciativas solidárias e missionárias” (n. 343), fazendo-se presente, em diálogo, junto a pessoas de outras universidades e centros de estudo.

É conferido um destaque aos Institutos de Teologia e Pastoral pelo seu trabalho na formação e atualização de agentes de pastoral. Trabalho importante na criação de “espaços de diálogo, discussão e busca de respostas adequadas aos enormes desafios enfrentados pela evangelização no Continente. Ao mesmo tempo, tem sido possível formar inumeráveis líderes a serviço das Igrejas particulares” (n. 344). A Conferência convida a uma valorização de toda reflexão desenvolvida na América Latina e no Caribe, ao longo dos anos, depois do Concílio Vaticano II, incluindo, também “a

reflexão filosófica, teológica e pastoral de nossas Igrejas e de seus centros de formação e pesquisa, a fim de fortalecer nossa própria identidade, desenvolver a criatividade pastoral e potencializar o que é nosso” (n. 345). Ao mesmo tempo lembra que a realidade plural, diferenciada e globalizada requer estudos permanentes em busca de novas respostas à sustentação da fé. Como sugestão, recomenda “maior utilização dos serviços que oferecem os institutos de formação teológica pastoral existentes, promovendo o diálogo entre eles e destinando mais recursos e esforços conjuntos na formação de leigos e leigas” (n. 345).

Por último, a V Conferência expressa um agradecimento ao “inestimável serviço que diversas instituições de educação católica prestam na promoção humana e na evangelização das novas gerações, como sua contribuição para a cultura de nossos povos” (n. 346), incentivando a todos “a prosseguirem incansavelmente em sua abnegada e insubstituível missão apostólica” (n. 346).

Na educação integral da qual fala a Conferência e, ademais, a Igreja, em todos os seus pronunciamentos sobre a educação católica em todos os níveis, estão incluídas, dentre outras, como faces da Boa-Nova de Jesus, a superação de uma visão fragmentária do ser humano e de mundo, da subserviência da solidariedade e da construção de experiências comunitárias ao subjetivismo e a passagem de uma educação superior entendida como treinamento profissional para uma sólida e ampla formação do ser humano global. Contribuir com essas mudanças constitui, na perspectiva da V Conferência, uma maneira importante de viver como discípulo (a) e missionário (a) de Jesus Cristo, hoje.

Considerações Finais

Tendo Jesus Cristo como modelo e seu Projeto como meta, a educação cristã deve visar à formação integral do ser humano, sem sucumbir a modismos que, como tal, são reducionistas e, com facilidade, colocados a serviço de interesses parciais.

Hoje, o testemunho pessoal não é suficiente. Ele deve ser também institucional. Todos participam dele, a partir de objetivos, projetos e políticas que o explicitem.

Educação de qualidade e a escolha da proposta educativa considerada mais adequada para os filhos constituem direito e dever de todos os pais, independentemente de classe social e condições econômicas.

A educação católica é um trabalho da Igreja e está a serviço da sua missão evangelizadora e missionária. Por isso, as instituições educativas católicas participam, oferecendo uma educação de qualidade, que seja integral, corajosa no anúncio de Jesus Cristo e do Reino, empenhando-se para serem um espaço onde possam ser gestadas relações de inclusão, de paz, de liberdade com responsabilidade, de justiça, partilha e solidariedade.